



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0017311-39.2012.8.17.0000 (0284389-0)

EMBARGANTE: GUILHERME CAVALCANTI DE PETRIBU DE ALBUQUERQUE MARANHÃO EPP

EMBARGADO: SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DECLARATÓRIOS COM FINS INFRINGENCIAIS. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ARRENDAMENTO MERCANTIL. LIMINAR DEFERIDA EM PRIMEIRO GRAU. POSTERIOR SUSTAÇÃO. CAUÇÃO. MEDIDA QUE NÃO EQUIVALE AO DESIDERATO DO AUTOR. DIREITO À RECUPERAÇÃO FORÇA DOS BENS. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS.

O acórdão embargado deu provimento ao agravo para cassar a decisão recorrida e restaurar o cumprimento da liminar de reintegração de posse de veículos, exarada na origem.

É certo que não há obrigatoriedade do julgador responder a todos os pontos invocados pela parte como se a decisão se tratasse de um questionário. A função jurisdicional foi efetivada de forma esmerada e satisfatória, não havendo qualquer vício que macule o acórdão.

Deve o embargante atentar para os parágrafos 3º e 4º do voto inserto às fls. 362 destes autos, onde há pronunciamento acerca da preclusão do direito do embargado de questionar a caução, bem como acerca da alegação de litigância de má-fé por ausência de juntada de documentos no agravo.



386

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

Por fim, ficou claro no acórdão embargado que "é legalmente garantida ao agravante a obtenção do desiderato perseguido no feito de origem, que é a recuperação forçada dos bens arrendados, e a prestação de caução não atende a esta finalidade nem a ela equivale, a menos que fosse ofertada em dinheiro".

Inexistentes vícios no acórdão embargado. Provimento negado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unanimemente, negar provimento aos embargos.

Recife, 10 de setembro de 2013.

DES. FERNANDO MARTINS

RELATOR


Des. Fernando Martins

Relator

381
/



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0017311-39.2012.8.17.0000 (0284389-0)

EMBARGANTE: GUILHERME CAVALCANTI DE PETRIBU DE ALBUQUERQUE MARANHÃO EPP

EMBARGADO: SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos declaratórios com fins infringenciais opostos face o acórdão prolatado às fls. 359/360 destes autos de agravo de instrumento.

O acórdão embargado deu provimento ao agravo para cassar a decisão recorrida e restaurar o cumprimento da liminar de reintegração de posse de veículos, exarada na origem.

Sustenta o embargante que há omissões no julgado, referentes aos seguintes pontos:

a) preclusão do direito do embargado de questionar a caução porque não indicou os motivos legais pelos quais rejeitava a caução;

b) arguição de litigância de má-fé em relação à omissão de documentos;

c) a negativa de vigência ao art. 827 do CPC.

Argumenta ainda que a decisão embargada não explicou porque a caução ofertada não atingia a finalidade nem a ela equivale.

Requer o provimento dos embargos.

É o relatório.

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

VOTO:

O acórdão combatido enfrentou toda a matéria pertinente ao deslinde do presente recurso.

É certo que não há obrigatoriedade do julgador responder a todos os pontos invocados pela parte como se a decisão se tratasse de um questionário. A função jurisdicional foi efetivada de forma esmerada e satisfatória, não havendo qualquer vício que macule o acórdão.

Deve o embargante atentar para os parágrafos 3º e 4º do voto inserto às fls. 362 destes autos, onde há pronunciamento acerca da preclusão do direito do embargado de questionar a caução, bem como acerca da alegação de litigância de má-fé por ausência de juntada de documentos no agravo, senão vejamos:

Parágrafo 3º: "Quanto aos argumentos da parte agravada, tocantes à preclusão da manifestação do agravante acerca da caução ofertada, tenho-o por inócuo, porquanto este agravo foi tempestivo e volta-se contra a decisão que sobrestou o cumprimento da liminar reintegratória, matéria esta ora examinada."

Parágrafo 4º: "Pelo mesmo motivo é que não se configura a litigância de má-fé, vez que os documentos que deixaram de ser juntados no agravo de instrumento são irrelevantes para o deslinde da questão."

Óbvio, portanto, que tais questões foram tidas por irrelevantes para a solução da matéria posta em exame no agravo.

Por fim, ficou claro no acórdão embargado que "é legalmente garantida ao agravante a obtenção do desiderato perseguido no feito de origem, que é a recuperação forçada dos bens arrendados, e a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

prestação de caução não atende a esta finalidade nem a ela equivale, a menos que fosse ofertada em dinheiro”.

Portanto, nada mais há que se considerar.

Diante da inexistência de vícios, nego provimento aos presentes embargos.

Recife, 10 de setembro de 2013.

Des. Fernando Martins
Des. Fernando Martins
Relator